

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXXXXXX**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do RG sob o nº XXXXXX XXX/XX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, vem perante V.Ex^a através da ***Defensoria Pública do Distrito Federal***, ajuizar a presente:

AÇÃO INOMINADA

em desfavor de **Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora de RG nº XXXXXXXX XXX/XX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, telefone (XX) XXXXX, e **Fulana de tal**, representada por sua genitora Fulana de tal, nacionalidade, portadora de RG nº XXXXXXXX XXX/XX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

Preliminarmente, **a Requerente informa que é cabelereira, auferindo renda mensal em média de R\$ XXXXX (XXXXXXX)**, razão pela qual não dispõe de condições financeiras para arcar com o pagamento das custas e eventuais honorários de sucumbência sem prejuízo de seu sustento e de sua família, o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, não tendo como apresentar comprovante de renda, nos termos da previsão constante na Lei n. 1.050/60 c/c art. 98, do CPC.

DOS FATOS

A presente ação refere-se à cobrança de valores, **seguro DPVAT e verbas rescisórias trabalhistas**, devidas pela Requerente em virtude da morte do seu companheiro Fulano de tal, cujos valores foram recebidos pelas requeridas e não repassados a mesma.

Ocorre que a Requerente convivia em união estável com o Fulano de tal há cerca de X (XXXX) anos, após o falecimento do seu companheiro em X de XXXXX de XXXX, **e não tendo união registrada em cartório, ficou impossibilitada de pleitear os recebimentos de saldo de salário e indenização do seguro DPVAT pelo falecimento do companheiro.**

A primeira Requerida, que é genitora do falecido, aproveitando dessa situação, propôs entrar com o pedido administrativo para recebimento do DPVAT como única e legítima beneficiária do Fulano de tal, e depois do recebimento repassaria a metade do valor da indenização a Requerente, que de pronto aceitou, pois viu como uma oportunidade de receber seus direitos como legítima companheira.

Em X de XXXXXX de XXXX, a primeira Requerida se apresentou junto a XXXXXX do Seguro DPVAT, como única e legítima beneficiária do falecido, procedendo ao recebimento do valor da indenização do Seguro DPVAT, qual seja, R\$ XXXXX(XXXXX). **Sendo efetuado o pagamento**

em XX de XXXXXXXX de XXXX no valor de XXXXXXXX(XXXXXXXXXX) transferido para a conta bancaria em nome da primeira Requerida. Após esse período, a primeira Requerida se negou a repassar a parte devida e combinada para a Requerente, qual seja R\$ XXXXX(XXXXXXXXXXXX). (doc. anexo)

Em virtude disso, em XX de XXXXXXXX de XXX, a Requerente deu entrada ao processo de Reconhecimento de união estável *pos mortem*. Por ocasião da Contestação a primeira Requerida, **temerária de ver a convivência da Requerente com a vítima comprovada judicialmente e ter que devolver a parte devida pela Requerida, tentou de todas as formas ocultar a verdade sobre os fatos.** Resta claro que a primeira Requerida **agiu de má-fé, visto que além de saber da verdade sobre os fatos**, enganou a Requerente ao propor um acordo verbal ao qual já estava decidia a não cumprir e ficar com o valor todo para si.

É relevante informa que a primeira Requerida já tinha conhecimento de uma suposta filha do falecido, o qual estava à espera do resultado de exame de DNA, que logo depois, foi comprovada a paternidade da menor. E mesmo assim a primeira Requerida ficou com todo o valor de indenização, não tendo direito sobre o valor, pois o valor de Seguro DPVAT era devido metade para a filha menor e a outra metade para a companheira da vítima.

No mesmo sentido, **a segunda Requerida foi a única beneficiária das verbas rescisórias trabalhista do Fulano de tal junto a empresa TAL, em razão do falecimento deste, recebido valor de R\$ XXXXX(XXXXXXXXXXXX) por sua representante legal Fulana de tal.** Sendo devida a segunda Requerida somente X% (XXXXX por cento) do valor total da verbas rescisórias devidas pelo falecimento do companheiro da Requerente. (doc. anexo)

Assim, com o decurso de tempo do processo judicial, a sentença só foi proferida em XX de XXXXX de XXXX. A partir dessa data a

Requerente poderia exercer seus direitos legais como companheira legítima da vítima. **Porém os direitos de recebimento do Seguro DPVAT e das verbas rescisórias trabalhistas que tinham sido pagos a terceiros de má-fé.**

Como se vê o Requerente ficou com total prejuízo dos seus direitos, não vendo outra forma ao não ser recorrer ao judiciário.

DOS DIREITOS

Temos que o direito ora buscado pelo Requerente se encontra assegurado em diversos diplomas normativos pátrios, em especial no repúdio pelo direito pátrio ao ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, o que está ocorrendo na presente demanda.

Preleciona o artigo [186](#) do [Código Civil de 2002](#) que:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Latente que a ação voluntária das Rés violou direito e causou danos à Autora, o que por força do artigo [927](#) do [Código Civil de 2002](#) lhe acarreta o dever de indenizar a Autora. Vejamos:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

O não pagamento de tais valores, proporcionará as Rés que enriqueça ilicitamente às expensas da Autora, fato que, por força do artigo [884](#) do [Código Civil de 2002](#) é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) A concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, do CPC;

b) A citação das Requeridas, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de X dias, sob pena de revelia;

c) **a intimação do Ministério Público para oficiar no feito**, considerando que a 2ª Requerida é incapaz;

d) Que a demanda seja julgada procedente para se declarar que a Requerente é credora da primeira Requerida do valor de **R\$ XXXXX (XXXXXX)**, **referente a X% do valor de indenização do Seguro DPVAT recebidos indevidamente por essa**, bem como, é credora da segunda Requerida do valor de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, **referente a X% do valor de indenização das verbas rescisórias trabalhistas em razão de morte**, valores estes a serem atualizados;

e) Que a demanda seja julgada procedente para se condenar a primeira Requerida a ressarcir/pagar a Requerente do valor de **R\$ XXXXXX (XXXXXX)**, **referente a X% do valor de indenização do Seguro DPVAT recebidos indevidamente por essa**, bem como, condenar a segunda Requerida a ressarcir/pagar da Requerente do valor de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, **referente a X% do valor de indenização das verbas rescisórias trabalhistas em razão de morte**, valores estes a serem atualizados;

f) a condenação das requeridas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PRODEF.

Requer, ainda, provar os fatos por todos os meios legítimos e admitidos em direito.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX, XX/XX/XXXX.

Fulana de tal
Requerente

Fulano de tal
Defensor Público

Fulano de tal
Advogada Colaboradora OAB/XXXX